

**HABEAS CORPUS Nº 487.583 - MS (2018/0347588-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : EDIVAL JOAQUIM DE ALENCAR  
**ADVOGADO** : EDIVAL JOAQUIM DE ALENCAR - MS004919  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : RONI BISPO DE OLIVEIRA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **RONI BISPO DE OLIVEIRA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado:

"HABEAS CORPUS – EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO – REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – IMPOSSIBILIDADE – ORDEM DENEGADA.

1. Enquadrando-se a situação concreta em uma das hipóteses do art. 313 do CPP, presentes os requisitos do art. 312 do mesmo diploma e não sendo caso de aplicação de outras medidas cautelares não prisionais, é cabível a manutenção da prisão preventiva.
2. A existência de condições subjetivas favoráveis não induz à concessão de liberdade provisória quando presentes os requisitos da prisão preventiva." (e-STJ, fl. 134)

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 14 da Lei n. 10.826/2003 e 309 do Código de Trânsito Brasileiro.

Neste *mandamus*, o impetrante alega a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea para decretação da segregação cautelar. Sustenta que os crimes imputados ao paciente permitem o cumprimento de pena em regime aberto ou semiaberto. Aduz, ainda, que o paciente "se encontra preso há quase cento e vinte e cinco (125) dias por um delito cuja pena máxima é apenas de (04) anos de reclusão e o processo nem sequer tem instrução marcada" (e-STJ, fls. 6-7).

Pleiteia a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*.

**É o relatório.**

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, a prisão cautelar do paciente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"[...] Não resta dúvida quanto à necessidade da manutenção da segregação cautelar, pois conforme foi esposado no flagrante, restou evidenciada, neste primeiro momento, a participação do requerente na prática dos delitos, que lhe são imputados. Está presente, também, o *periculum libertatis*, já que a manutenção da segregação cautelar é imprescindível para garantia da ordem pública, bem como, para afastar o risco de reiteração delitiva, por parte do requerente. Isso porque, demonstra ser pessoa dedicada à atividade criminosa, conforme pode ser verificado em sua folha de antecedentes criminais, uma vez que possui diversos processos criminais tramitando em seu desfavor, além de ser reincidente na prática de crime doloso, uma vez que já foi condenado pela prática dos crimes de roubo (Autos 00031599-27.2012.8.12.0001) e furto (Autos 0001190-72.2011.8.12.0011). Outrossim, verifica-se que a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, não demonstra ser suficiente, para impedir que o requerente volte a praticar novos delitos, diante de sua extensa ficha criminal." (e-STJ, fl. 105.)

Extrai-se, ainda, do acórdão impugnado:

"No caso dos autos, a situação concreta enquadra-se na hipótese do art. 313, I do Código de Processo Penal, pois se trata de crime em que a pena privativa de liberdade máxima é superior a 4 (quatro) anos de reclusão. Dessa forma, admite-se a manutenção da prisão preventiva, principalmente em razão do fato de que estão presentes os demais requisitos legais autorizadores dessa medida. No tocante à existência do *fumus commissi delicti*, a decisão do magistrado singular foi clara e objetiva quanto à indicação dos indícios de materialidade e autoria do fato delituoso, consubstanciados, no caso, pelos elementos de convicção já existentes, até o presente momento, no âmbito da ação pena da origem. Estão, portanto, sinalizados, ao menos nesse juízo de cognição sumária, os indícios relacionados à presença da justa causa para o exercício da ação penal, o que, por ora, satisfaz o requisito da 'aparência do delito', que, como visto, é imprescindível para a decretação da prisão preventiva. De outro lado, sob o prisma do *periculum libertatis*, ressalto que as circunstâncias em que os crimes foram praticados, sintonizadas a outros elementos concretos existentes na situação particular, constituem indicativos indiscutíveis de ofensa à ordem pública, especialmente no que diz respeito ao abalo da tranquilidade e da paz no seio social [...] **Ressalto, nesse contexto, que, mediante consulta ao sistema SIGO e ao próprio SAJ, pode-se observar que o fato típico em questão não se trata de um evento isolado na vida pregressa do paciente. Pelo respectivo dossiê**

**individual, infere-se que ele já registra outras anotações policiais por crimes anteriores, situação que revela o seu caráter voltado ao mundo da criminalidade.** O contexto ressaltado demonstra o reprovável comportamento do paciente, pessoa que opta, reiteradamente, pelo antagonismo à ordem social. A reiteração de condutas ilícitas, além de causar temor a toda a comunidade local, demonstra manifesta possibilidade de perseverança no comportamento delituoso, de forma a colocar em risco a segurança pública, causando uma situação de intranquilidade no âmbito do seio social em que vive. Portanto, não se trata de presumir a periculosidade ou o risco de reiteração ilícita por parte do paciente, mas sim da existência de elementos concretos de sua contumácia no descumprimento das determinações judiciais. Encontra-se, dessa forma, plenamente justificada a segregação cautelar do paciente, tudo para que sejam evitadas a prática de outras condutas ilícitas, resguardando-se, com isso, a garantia da ordem pública. Dessarte, a prisão preventiva não deve ser revogada, como pretendido neste *Habeas Corpus*. (137-139.)

Como se vê, as instâncias ordinárias destacaram a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública, face à existência de materialidade e suficientes de autoria indícios de autoria. Enfatizaram, ainda, que o paciente demonstra ser pessoa dedicada à atividade criminoso, sendo reincidente na prática de crime doloso, o que demonstra sua contumácia no descumprimento das determinações judiciais.

Portanto, a custódia preventiva está suficientemente fundamentada no fato de o paciente registrar péssimos antecedentes criminais, circunstância que justifica sua segregação provisória para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, consoante pacífico entendimento desta Corte.

A propósito:

"RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, foi destacado pelas instâncias ordinárias que o recorrente é inclinado à prática de crimes, pois ostenta maus antecedentes, inclusive por delito da mesma natureza (condenação por delitos contra o patrimônio e registros de processos por tráfico de drogas e associação para tráfico), o que, por si só, justifica a prisão preventiva para garantia da ordem pública. Precedentes.

3. Recurso em *habeas corpus* improvido."

(RHC 80.785/MG, rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, j. 28/3/2017, DJe 6/4/2017.)

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS*

*CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - (...)

III - Outrossim, a segregação cautelar justifica-se também pelo fundado receio de reiteração delitiva, em virtude dos péssimos antecedentes criminais do paciente. Recurso ordinário desprovido."

(RHC 80.760/AL, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 16/5/2017, DJe 24/5/2017.)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a periculosidade do paciente indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017.

Ademais, o argumento de desproporcionalidade da custódia cautelar à provável futura pena do paciente não comporta acolhimento, pois apenas a conclusão do processo será capaz de revelar se o acusado será beneficiado com a fixação de regime prisional diverso do fechado, sendo inviável tal discussão neste momento preliminar. Sobre o tema: RHC 87.629/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017; HC 409.594/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 09/10/2017.

Por fim, quanto ao alegado excesso de prazo, verifica-se que não consta dos autos que tal matéria tenha sido apreciada pela instância de origem, o que impede seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça sob pena de indevida supressão de instância (RHC n. 66.827/SP, rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 24/2/2016; AgRg no HC n. 372.837/SP, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, DJe de 2/5/2017).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator